

MAYUMI SOUZA LIMA

Da Coordenadoria Geral de Planejamento da Prefeitura de São Paulo.

A CRIANÇA E A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO

FOTOS: IRINEO SUGAHARA

SUMMARY

Relato de experiências realizadas em duas escolas, uma estadual, situada na zona central da cidade e outra particular, em bairro ecológico afastado do centro, quando uma equipe constituída por 5 arquitetos, uma socióloga e um estudante de jornalismo, procurou captar como as crianças percebem o espaço em que vivem. Na escola estadual o trabalho acompanhou a destruição do prédio antigo e a construção do novo, sendo que os alunos participaram inclusive na escolha dos elementos da antiga casa que seriam aproveitados no ambiente destinado ao lazer, construído ao lado do novo prédio.

RESUMO

This paper is a report of projects developed in two schools in São Paulo by a team formed by five architects, a sociologist and a journalism student, interested in understanding how children perceive the space where they live. One of the schools is a public one, located downtown; the other one is private, in a suburban area. In the public school the development of the project followed the destruction of the old building and the construction of the new one. In this school the student participated in the choice of the old house's elements that would be used in the recreation area to be build close to the new house.

O informe preparatório para a XV Conferência Geral da Unesco, de 1968, afirmava que: "ainda que os adultos se mostrem compreensivos com as crianças como indivíduos, com maior frequência não admitem que elas possam gozar de uma existência coletiva, entre elas e para elas e, em vez de facilitar a criação de uma sociedade jovem, se opõem a esta por meios diversos: a disciplina, os castigos, a competição, o amor próprio e outros tantos meios, cujo objetivo não é outro que o de obrigar a criança a submeter-se à sociedade adulta" (Mendel, 1974).

Não estaríamos atuando exatamente no sentido dessa submissão, ao ignorarmos totalmente a participação da criança na definição dos espaços a ela destinados?

As experiências — incompletas e descontínuas — de que pudemos participar, relacionadas com a percepção e a construção de espaços pelas crianças, situaram-se no estreito quadro do ambiente escolar. Em outras palavras, as experiências devem ser interpretadas não apenas na limitação de sua aplicação mas principalmente, nas condições de limitações que envolvem uma população infantil dentro de uma instituição escolar.

Na realidade, apesar do crescente desenvolvimento das teorias psico-pedagógicas que fundamentam a ação das escolas, poucas alterações aparecem ao longo dos anos, na organização do espaço, fazendo crer numa simples defasagem entre o setor educativo e o de arquitetura. Mas não existe esta defasagem. De fato, se examinarmos as plantas das escolas construídas até 1930, há uma coerência entre os espaços construídos e os conceitos educacionais então vigentes: a organização desses espaços deixava clara a hierarquia existente entre os membros daquela comunidade, definiam formas cristalizadas de relacionamento e em consequência, ambientes, dimensões e exigências técnicas bastante estáticas. Esta mesma hierarquia continuaria aparecendo nos anos seguintes, já com um padrão definido: as salas de aula teriam 6m x 8m, luz natural à esquerda e quadro negro à frente das carteiras.

Ainda em 1965, o Estado fornecia aos arquitetos, à guisa de orientação para os projetos de prédios escolares, uma relação mais ou menos extensa de ambientes e suas dimensões, na qual não faltariam as mesmas indicações para as salas de aula, explicitando a colocação de 40 carteiras, em fila.

A localização relativa da administração continuava, como ainda continua, numa situação estratégica de visão sobre o conjunto, para cumprir a função antes chamada de fiscalização e controle, e hoje de coordenação.

As alterações introduzidas ficaram mais no plano tecnológico, permanecendo as relações de autoridade e hierarquia entre administradores e professores, e entre professores e alunos, e praticamente firmes os mesmos conteúdos curriculares. As variáveis ligadas às atividades, ao relacionamento democrático entre os participantes, às necessidades da criança nas diferentes faixas etárias e em diferentes condições sócio-econômicas permaneceram como informações supérfluas para a obra, preocupada a Administração mais com a eficiência do cumprimento de prazos e custos do que com a finalidade da própria construção.

Os próprios educadores mostravam-se inseguros no conhecimento das necessidades espaciais da criança, repetindo, com frequência, preconceitos dos adultos de classe média e que se refletem nas respostas dadas por professores e orientadores ao caracterizarem os espaços melhores para a ação pedagógica. Ao mesmo tempo em que se defendia a flexibilidade na composição dos grupos e no papel orientador do professor, apareciam ainda contraditoriamente, a colocação do quadro na frente, a luz pela esquerda, o muro alto que desestimula a atenção para o mundo exterior, permitindo o melhor controle disciplinar.

A possibilidade apresentada, em alguns casos, para a revisão de uso mais rico de ambientes e elementos construtivos encontrou resistência por parte de professores e administradores escolares.¹ Tal reação era esperada na medida em que professores e administradores também não participam das decisões que envolvem os programas de desenvolvimento educacional, dos quais a construção de escolas ocupa um lugar secundário; nem as condições salariais e de emprego para os professores deixam espaço para o desenvolvimento de um programa de trabalho junto ao aluno, não previsto nas atividades curriculares já definidas pela escola.

¹ Um programa desenvolvido pela FECE — Fundação Estadual de Construções Escolares — em 1967 contou com a participação de uma equipe de arquitetos — Marklen Landa, Flávio Mindlin da Silveira e Roberto Loeb — que elaborou um projeto para a execução rápida de salas, anexas a prédios existentes, utilizando-se de cores vivas e elementos estruturais de tubos metálicos. As crianças descobriram as possibilidades lúdicas do material, mas a resistência dos professores foi total, sob as mais diferentes alegações.

Entre 1971 e 1975 foram construídas quase trezentas unidades escolares nos Estados participantes do programa PREMEN — Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — e as salas podiam ser interligadas, segundo conveniência de agrupar coletivos maiores, por simples abertura de portas/paredes. Por ocasião da avaliação, em 1976, não se constatou um único caso em que os espaços tivessem sido usados diferentemente das salas de aula isoladas.

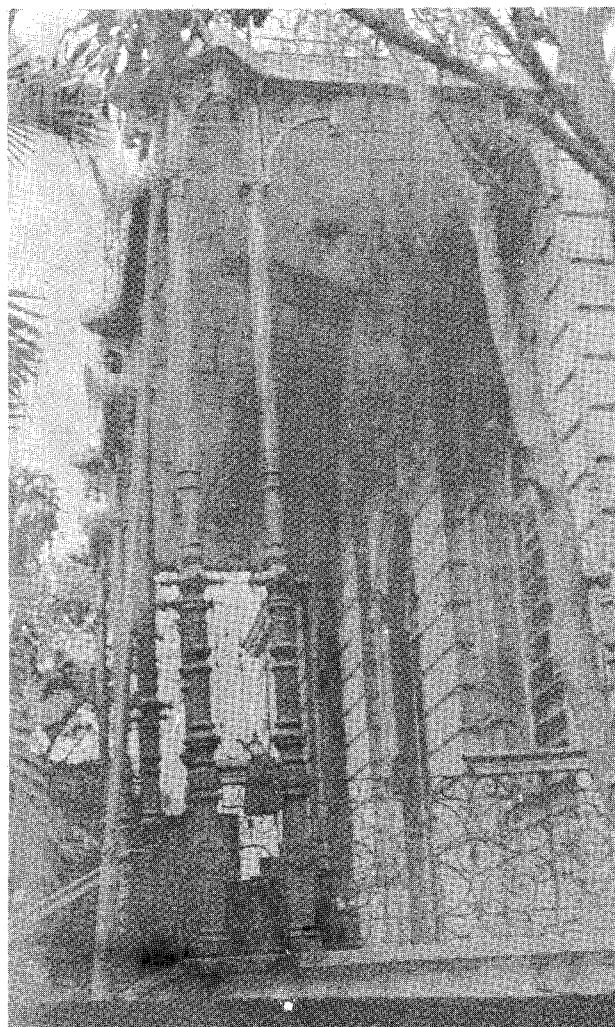
As experiências que desenvolvemos em duas escolas procuraram iniciar um trabalho constante junto às crianças para se captar a percepção que elas têm do espaço que ocupam e vivem e para saber como se daria a apropriação desse espaço pelas próprias crianças, caso tal apropriação lhes fosse permitida.² Uma outra questão se colocava: como a criança manipula os elementos construtivos do espaço como instrumento de aprendizado.

As experiências, todas lúdicas, feitas em horários livres das aulas, foram desenvolvidas com três grupos de aproximadamente vinte crianças cada um: dois grupos de 7 a 11 anos e de 12 a 15 anos, numa escola pública freqüentada por uma população de média e baixa renda; um grupo de 7 a 12 anos de uma escola particular, cujos alunos provêm de famílias de alta renda.

Para melhor compreensão, descreve-se a situação das duas escolas consideradas: a escola pública funcionava em uma casa, construída para a moradia de uma senhora de família tradicional, no auge da economia cafeeira. A construção, embora comparativamente a outras casas da época não fosse das mais faustosas, ostentava, ainda assim, o luxo dos materiais importados e principalmente o cuidado artesanal das peças de ferro, das luminárias de cobre, das rosetas e maçanetas que ornavam as altas portas (foto 1).

Certamente, ainda quando o prédio foi cedido para o Estado para que nele funcionasse uma escola, a clientela do bairro se aproximava, enquanto origem familiar, a da antiga proprietária. Em 1978, contudo, do antigo conforto e luxo, poucos sinais permaneciam, perdendo o caráter inicial e os detalhes construtivos mais significativos nas sucessivas adaptações e reformas pelas quais a escola passaria. Num bairro já deteriorado, ocupado principalmente por uma população de baixa renda, constituída por pequenos comerciantes, empregados e sub-empregados do setor terciário, a escola convive hoje com o barulho constante de ônibus, trens e caminhões, e mais ainda, com a prostituição e as drogas.

A população matriculada — 1.300 alunos em três períodos — ocupava quase a mesma área da casa unifamiliar, divididos os ambientes por tabiques precários, utilizando-se de instalações sanitárias deficientes em número e em manutenção. A possibilidade de uma construção nova para a escola estava estreitamente vinculada à viabilidade de realização paralela de aulas e de obras, quase no mesmo espaço, face à limitação do terreno. Esta situação, que criaria problemas para qualquer escola, tornava-se mais grave porque as crianças daquela escola, de um modo geral, não têm condições de estudo e de lazer em suas casas. Ao mesmo tempo, esta mesma situação parecia criar uma oportunidade de sensibilizar a máquina administrativa e técnica do Estado a dedicar uma parte do espaço construtivo na identificação das soluções que melhor atendessem àquelas crianças.



Não havia tempo hábil para definir com as crianças o programa arquitetônico da nova escola.³ No entanto, seria possível integrá-las no programa através de outras formas de participação. Vislumbrou-se, então, a possibilidade de se trabalhar na apropriação dos espaços que fossem construídos, desde que as próprias crianças se sentissem agentes das modificações, decidindo sobre o uso que dariam aos ambientes. Simultanea-

² A equipe que desenvolveu os trabalhos foi constituída pelos seguintes profissionais: Roberto Meizi Agune, arquiteto; Irineo Yoshiaki Sugahara, arquiteto; Raudyney Jorge Angelo, revisor/jornalista; Marilha Xavier Rabello, arquiteta; Ruth do Couto Rosa Viçela, arquiteta; Miriam Gláucia da Gama Botelho, socióloga; Mayumi Watanabe de Souza Lima, arquiteta. Participação especial de Ana Vera Macedo, professora.

³ O prazo dado entre a aprovação do Programa Anual de Construções e a entrega do prédio é de aproximadamente 12 meses, por imposição contábil das fontes de recursos, inviabilizando consultas e pesquisas junto à população.